

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
CNPJ/MF nº 55.085.811/0001-24
NIRE 353.0063773-9

MATERIAL DE APOIO

PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO, SÉRIE ÚNICA, DA 4ª EMISSÃO DA ÉXES SECURITIZADORA

A **Éxes Securitizadora S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora perante a CVM sob o número 1155, na categoria “S2”, com sede Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, n.º 2.748 , 12º andar, conjuntos 121 e 122, sala 2, Pinheiros, CEP 05402-500, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 55.085.811/0001-24 (“Emissora” ou “Securitizadora”), apresenta o material de apoio para a Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 4ª Emissão da Securitizadora (“AEI”), lastreada em direitos creditórios devidos pela Bioenergética Vale do Paracatu S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.793.343-0001/62 (“Devedora”), a ser realizada aos 7 de outubro de 2026, às 10:00 horas, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021.

Em 10 de setembro de 2026, foi realizada, pela Emissora, a convocação dos titulares de CRA para deliberação em sede da AEI acerca das seguintes ordens do dia (“Convocação”):

- (i) aprovar a não declaração do vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, o resgate antecipado dos CRA, em razão do descumprimento dos Índices Financeiros pela Devedora, relativos ao 2º trimestre de 2026, encerrado em 30 junho de 2026, nos termos da Cláusula 4.21.2, item (xiii) do Termo de Securitização;
- (ii) aprovar a não declaração do vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, o resgate antecipado dos CRA, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de entrega, pela Bioenergética Vale do Paracatu S.A., da memória de cálculo dos Índices Financeiros da Bevap Participações S.A. nos termos da Cláusula 4.21.2, item (xiii) do Termo de Securitização;
- (iii) aprovar a não declaração do vencimento antecipado da CPR-F e, consequentemente, o resgate antecipado dos CRA, em razão do cumprimento intempestivo da obrigação de entrega, pela Bioenergética Vale do Paracatu S.A. e pela Central Bioenergética Enervale S.A., dos respectivos balancetes trimestrais consolidados, relativos ao 2º trimestre de 2026, encerrado em 30 junho de 2026, nos termos da Cláusula 9.2, item (xiv) da CPR-F e Cláusula 4.21.2, item (v) do Termo de Securitização;



Os documentos necessários à deliberação da presente assembleia encontram-se reproduzidos em anexo ao presente Material de Apoio, para conhecimento dos titulares de CRA.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

ÉXES SECURTIZADORA S.A.

Bevap Participações S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

**Aos Administradores e aos Acionistas da
BEVAP Participações S.A.**

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas da BEVAP Participações S.A. ("Companhia") em 30 de junho de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação destas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, em 30 de junho de 2026, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Ribeirão Preto, 31 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP


Priscila Moscardini Soares Diniz
Contadora CRC 1SP289386/O-0

DocuSigned by
Priscila M. S. Diniz
Assinado por: PRISCILA MOSCARDINI SOARES DINIZ:36976756809
CPF: 36976756809
Data/Hora da Assinatura: 31/08/2026 | 19:52:38 BRT
O: KPM-Brazil, OU: VideoConferencia
C: BR
Emissor: AC CertSign RFB-GS
#8882618726284C7...

Bevap Participações S.A.**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de março de 2026***(Em milhares de reais)*

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	64.591	65.173	241.163	392.483
Aplicações financeiras	4.2	2.720	-	94.185	25.906
Contas a receber de clientes	5	-	-	35.560	32.144
Estoques	6	-	-	208.896	142.899
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	53.809	58.736
Tributos a recuperar	8.1	-	-	56.310	66.585
Ativo biológico	11	-	-	134.891	187.488
Adiantamentos a fornecedores	9	-	-	39.388	40.285
Outros créditos		492	854	8.807	9.539
Total ativo circulante		67.803	66.027	873.009	956.065
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4.2	-	-	6.943	6.898
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	10.838	14.188
Tributos a recuperar	8.1	15.960	15.960	18.175	18.175
Tributos diferidos	8.2	-	-	279.765	248.261
Outras contas a receber - Partes relacionadas	20.1	-	-	96	95
Outros créditos		-	-	1.316	1.316
		15.960	15.960	317.133	288.933
Investimentos	10	753.047	774.645	-	-
Imobilizado	12	-	-	938.794	989.736
Intangível		-	-	2.071	2.291
		753.047	774.645	940.865	992.027
Total ativo não circulante		769.007	790.605	1.257.998	1.280.960
Total do ativo		836.810	856.632	2.131.007	2.237.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Bevap Participações S.A.**Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de março de 2026***(Em milhares de reais)*

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	341.785	240.385
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	23.015	18.802
Fornecedores	14	-	-	82.295	96.039
Salários e encargos sociais	15	-	-	30.025	24.840
Obrigações tributárias	16	1.620	1.579	15.761	23.375
Adiantamentos de clientes	17	-	-	64.211	76.851
Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	20.3	186.229	217.001	186.229	217.001
Passivos de arrendamento	27	-	-	41.265	47.879
Outras contas a pagar		-	-	1.018	1.295
Total do passivo circulante		187.849	218.580	785.604	746.467
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	717.998	806.711
Instrumentos financeiros derivativos	7	-	-	9.450	10.227
Obrigações tributárias	16	2.126	2.445	4.050	4.761
Adiantamentos de clientes	17	-	-	14.167	21.250
Provisão para riscos	19	-	-	9.077	7.146
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	20.2	228.564	200.009	-	-
Passivos de arrendamento	27	-	-	172.390	204.865
Total do passivo não circulante		230.690	202.454	927.132	1.054.960
Total do passivo		418.539	421.034	1.712.736	1.801.427
Patrimônio líquido	21				
Capital social		389.758	389.758	389.758	389.758
Reserva de capital		60.785	60.785	60.785	60.785
Ajuste de avaliação patrimonial		(61.150)	(61.150)	(61.150)	(61.150)
Reservas de lucros		46.205	46.205	46.205	46.205
Prejuízo acumulado		(17.327)	-	(17.327)	-
Total do patrimônio líquido		418.271	435.598	418.271	435.598
Total do passivo e patrimônio líquido		836.810	856.632	2.131.007	2.237.025

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Bevap Participações S.A.
Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
		(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)
Receitas líquidas	22	-	-	207.808	251.993
Variação do valor justo ativo biológico	11	-	-	(16.271)	29.082
Custos dos produtos vendidos	23	-	-	(173.018)	(191.371)
Lucro bruto		-	-	18.519	89.704
Receitas (despesas)					
Despesas comerciais	23	-	-	(8.109)	(4.812)
Despesas administrativas e gerais	23	(469)	(31)	(22.075)	(17.855)
Outras receitas (despesas)	24	-	-	(3.752)	8.558
Resultado de equivalência patrimonial	10	(21.598)	76.383	-	-
(Prejuízo) lucro operacional		(22.067)	76.352	(15.417)	75.595
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	4.853	-	32.916	70.599
Despesas financeiras	25	(113)	(2.326)	(63.384)	(55.827)
		4.740	(2.326)	(30.468)	14.772
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(17.327)	74.026	(45.885)	90.367
Imposto de renda e contribuição social - correntes	8.3	-	-	(2.946)	(348)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	8.3	-	-	31.504	(15.993)
(Prejuízo) lucro líquido do período		(17.327)	74.026	(17.327)	74.026
(Prejuízo) lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações - em Reais				(0,4446)	1,8993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Bevap Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos de três meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Resultado líquido do período	(17.327)	74.026	(17.327)	74.026
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(17.327)</u>	<u>74.026</u>	<u>(17.327)</u>	<u>74.026</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Bevap Participações S.A.
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Períodos de três meses findo em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
					Reserva legal	Reservas de lucros a debitar		
Em 31 de março de 2025		389.758	60.785	(61.150)	24.698	232.756	-	646.846
Lucro líquido do período	20.3	-	-	-	-	-	74.026	74.026
Juros sobre Capital Próprio		-	-	-	-	-	(47.059)	(47.059)
Em 30 de junho de 2025		389.758	60.785	(61.150)	24.698	232.756	26.967	673.814
Em 31 de março de 2026		389.758	60.785	(61.150)	31.539	14.666	-	435.598
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	(17.327)	(17.327)
Em 30 de junho de 2026		389.758	60.785	(61.150)	31.539	14.666	(17.327)	418.271

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Bevap Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de três meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026 (3 meses)	30/06/2025 (3 meses)	30/06/2026 (3 meses)	30/06/2025 (3 meses)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.327)	74.026	(45.885)	90.367
Ajustes:				
Depreciações e amortizações	-	-	32.333	37.369
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	13	-	38.846	30.021
Encargos financeiros sobre arrendamentos	27	-	4.727	6.678
Compromissos com contratos de energia	18	-	-	1.469
Variação cambial	13	-	(4.214)	(2.093)
Resultado na baixa de imobilizado	12	-	-	174
Provisão para riscos	19	-	1.931	(248)
Ajuste valor justo - ativo biológico	11	-	16.271	(29.082)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	-	11.653	(57.653)
Resultado de equivalência patrimonial	10	21.598	(76.383)	-
Variação nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(3.416)	(31.439)
Aplicações financeiras	(2.720)	-	(68.324)	9.568
Tributos a recuperar	-	(10.588)	10.275	(12.335)
Estoques	-	-	(65.997)	(39.587)
Ativo biológico	-	-	36.326	44.324
Adiantamentos a fornecedores	-	-	897	1.844
Outros créditos	359	26	732	(7.428)
Variação nos passivos				
Fornecedores	-	-	(13.744)	(870)
Salários e encargos sociais	-	-	5.185	6.407
Obrigações tributárias	(278)	(188)	(11.126)	(66)
Adiantamentos de clientes	-	-	(19.723)	(15.610)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	60	55
Outras contas a pagar	-	-	(277)	456
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	13	-	(38.385)	(29.658)
Pagamento passivo de arrendamento - juros	27	-	(4.727)	(6.678)
Pagamentos de contratos de energia - juros	18	-	-	(2.355)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(145)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>1.632</u>	<u>(13.107)</u>	<u>(116.726)</u>	<u>(6.371)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições do imobilizado, canaviais e intangível	12	-	(12.730)	(28.220)
Dividendos e juros sob capital próprio recebidos	20.1	67.059	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>-</u>	<u>67.059</u>	<u>(12.730)</u>	<u>(28.220)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	80.000	25.161
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	13	-	(63.560)	(18.204)
Pagamentos de contratos de energia	18	-	-	(5.042)
Pagamento de arrendamento	27	-	(7.531)	(7.979)
Pagamento de dividendos e juros sob capital próprio	20.3	(30.772)	(30.772)	(67.059)
Outras contas a receber/ pagar - Partes relacionadas	20.2	28.558	(1)	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(2.214)</u>	<u>(53.953)</u>	<u>(21.864)</u>	<u>(73.125)</u>
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(582)</u>	<u>(1)</u>	<u>(151.320)</u>	<u>(107.716)</u>
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	4	65.173	1	392.483
No final do exercício	4	64.591	-	241.163
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>(582)</u>	<u>(1)</u>	<u>(151.320)</u>	<u>(107.716)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Bevap Participações S.A. (“Bevap Participações” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, que tem por objeto social a participação em outras empresas.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, “Grupo”) tem como objeto social a exploração de atividades energéticas, especialmente o processamento da cana-de-açúcar para a produção e comércio de etanol, açúcar e cogeração de energia elétrica a partir da biomassa da cana-de-açúcar, bem como outras operações que integram a sua cadeia produtiva.

Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar (principal fonte de matéria prima para a produção de açúcar, etanol, demais derivados de cana-de-açúcar e cogeração de energia elétrica), que requer um período de 12 a 18 meses para maturação e início da colheita, a qual ocorre entre os meses de abril e dezembro, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impactos de condições climáticas adversas.

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2019, quando passou a deter o controle acionário das companhias listadas abaixo:

Bevap Participações

	País	Participação acionária %	
		30/06/2026	31/03/2026
Bioenergética Vale do Paracatu S.A.	Brasil	100%	100%
Central Bioenergética Enervale S.A.	Brasil	100%	100%

Bioenergética Vale do Paracatu S.A.

A Bioenergética Vale do Paracatu S.A. (“Bevap”) é uma sociedade de capital fechado, controlada integral da Bevap Participações S.A. constituída em 02 de abril de 2007 e sediada na cidade de João Pinheiro, estado de Minas Gerais. Encontra-se localizada na Rodovia MG-181, KM 85 no Município de João Pinheiro, no noroeste do Estado de Minas Gerais, na Região Sudeste do Brasil, sendo que sua planta industrial está instalada no Município de João Pinheiro e os canaviais para o suprimento de matéria-prima estão localizados nos Municípios de João Pinheiro, Paracatu, Unai e Brasilândia de Minas.

A Bevap tem como objeto social a exploração de atividades energéticas, especialmente o processamento da cana-de-açúcar para a produção e comércio de etanol, açúcar e cogeração de energia elétrica a partir da biomassa da cana, bem como outras operações que integram a sua cadeia produtiva.

A Bevap iniciou suas atividades operacionais com a produção e comércio de etanol e cogeração de energia elétrica em setembro de 2010 e de açúcar em agosto de 2011.

A Bevap possui ainda 100% das quotas da Capuan Agrícola S.A. ("Capuan"), uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Unaí no Estado de Minas Gerais, especializada no cultivo de cana de açúcar. Atualmente a Capuan não possui atividade operacional (sem operações desde 1º de julho de 2013), e seus ativos, passivos e resultado apurado no exercício são considerados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Central Bioenergética Enervale S.A.

A Central Bioenergética Enervale S.A. ("Enervale") encontra-se localizada no noroeste do estado de Minas Gerais, no município de João Pinheiro. A Enervale foi constituída em 2008 tendo por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes de cogeração de energia elétrica. A realização de pesquisas para o desenvolvimento da cogeração de energia elétrica, cujos objetivos coincidem com a sociedade.

2 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e pelo Grupo estão apresentadas na nota explicativa 2.2. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 31 de agosto de 2026.

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Bevap Participações S.A. foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2026.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.1.1 Base de consolidação das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são

incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2 Políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Estas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de março de 2026.

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo e de suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.3 Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.2.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas.

2.2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O Grupo realiza as principais atividades de manutenção programadas em seu parque em bases anuais (período entressafra). Isso ocorre, normalmente entre os meses de dezembro a março,

com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição frequente, nos estoques, sendo amortizado integralmente no ano seguinte durante a safra em contrapartida do custo dos produtos produzidos pelo Grupo.

2.2.6 Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 11. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras do Grupo.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada “Variação do valor justo dos ativos biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

2.2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25
Máquinas	5-10
Veículos	5
Plantas de produção – lavouras de cana-de-açúcar	13
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

2.2.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.2.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações

atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Diretoria avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais e em acordo com o ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Bevap Participações e a Bevap efetuam apuração com base no regime de lucro real e a Enervale com base no regime do lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.

No regime do lucro real, as alíquotas do imposto de renda e da contribuição social são aplicadas sobre o resultado do período ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8%

e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de vendas de energia e de 32% sobre as receitas financeiras para ambos os tributos.

2.2.12 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.2.13 Juros sobre capital próprio

Os Juros sobre Capital Próprio (JCP) são uma forma de remuneração paga pelas empresas aos seus acionistas, além dos dividendos. São calculados com base no patrimônio líquido da empresa e representam uma compensação pelo capital investido pelos acionistas. Os juros sobre capital próprio são dedutíveis na apuração de IRPJ e CSLL.

Os juros sobre o capital próprio são registrados como um passivo nas demonstrações financeira tendo como contrapartida inicialmente o resultado financeiro e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2.14 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

O Grupo comercializa açúcar, etanol, energia elétrica, Créditos de Descarbonização por Biocombustíveis ("CBIOS"), entre outros.

A receita com a comercialização da cogeração de energia é reconhecida com base na energia disponível na rede e nas tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou preço de mercado em vigor, conforme aplicável. O cálculo do volume de energia entregue ao comprador ocorre mensalmente. Os clientes ganham o controle da eletricidade a partir do momento em que a consomem.

A receita de vendas de açúcar, etanol e outros é reconhecida quando da: identificação dos contratos com clientes, identificação das obrigações de performance previstas nos contratos, determinação do preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas de produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência do controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido despachados para o local especificado; (ii) o risco de perda foi transferido para o cliente; (iii) o cliente aceitou os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação foram acordadas, ou o Grupo tem evidência objetiva de que todos os critérios de aceitação foram atendidos.

A comercialização de CBIOs é feita através de leilão na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão). Usualmente, os compradores são as distribuidoras de combustíveis, que possuem metas de aquisição estabelecidas pelo Renovabio. O Grupo reconhece a receita pela venda dos CBIOs como receita operacional e os tributos incidentes sobre a venda na linha de dedução da receita bruta.

O reconhecimento da receita dos produtos vendidos pelo Grupo e, conseqüentemente, o cumprimento das obrigações de performance são realizadas em um momento específico, de acordo com o conceito previsto no CPC 47, que geralmente ocorre na entrega física e / ou aceitação do cliente.

As vendas não contêm nenhum elemento de financiamento, considerando que as vendas são recebidas antecipadamente ou com prazo de crédito inferior a 30 dias, o que é consistente com a prática de mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas a valor presente. Como consequência, O Grupo não ajusta nenhum dos preços de transação pelo valor do dinheiro no tempo.

2.2.15 Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.16 Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa

de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.2.17 Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Crédito presumido – Minas Gerais

A Bevap possui, segundo o Artigo 75, Inciso XXXII RICMS/02 MG, crédito presumido de ICMS no valor de 2,5% sobre as vendas de produtos derivados da cana-de-açúcar conforme abaixo:

- Etanol e açúcar, em operações internas, interestaduais e de exportação; e
- Energia elétrica produzida a partir do bagaço da cana-de-açúcar, em operações internas.

Em 17 de dezembro de 2018, foi assinado um protocolo de intenções celebrado entre a Bevap, integrante do quadro de associados da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais – SIAMIG, o Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sedectes, a Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, a Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e pelas instituições da administração indireta do Estado de MG, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais – INDI, o Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DEER e a SIAMIG.

O presente protocolo de intenções, tem por objetivo viabilizar a manutenção e a realização de novos investimentos, através do melhoramento da infraestrutura do Estado, por empresas do

setor sucroenergético de Minas Gerais, assim considerada aderente aos termos do protocolo, empresas detentoras de regime especial. As empresas aderentes ao protocolo se comprometem a investir em obras de rodoviárias e outras obras de interesse público que contribuam para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e que serão submetidas para a aprovação do DEER e SETOP ou órgão estadual competente, o percentual de 0,4% sobre o faturamento anual, tendo-se por base o exercício financeiro imediatamente anterior. Com a adesão ao protocolo de intenções, o crédito presumido efetivo de ICMS das empresas do setor sucroenergético de 2,5% sobre o faturamento foi estendido até 31/12/2028 e consolidado por meio do depósito no Confaz do incentivo pelo Estado de Minas Gerais, como contrapartida as empresas sucroenergéticas investirão 0,4% em estradas e obras que beneficiam o ente público.

2.2.18 Instrumentos financeiros

O Grupo e sua controlada adotam o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio do resultado; e (iii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. O Grupo possui os seguintes principais ativos financeiros:

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. O Grupo gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O Grupo e sua controlada possuem como ativos financeiros classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos (Nota 7), relacionados substancialmente a contratos a termo de preços de açúcar e dólar.

Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao

valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O Grupo possui os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 4);
- Contas a receber de clientes (Nota 5);
- Outras contas a receber - Partes relacionadas (Nota 20);
- Outros créditos.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O cálculo de *impairment* dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

b. Passivos financeiros

A Companhia e o Grupo apresentam os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

- Fornecedores (Nota 14);
- Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13);
- Passivos de arrendamentos (Nota 27);
- Outras contas a pagar - Partes relacionadas (Nota 20.2); e
- Outras contas a pagar.

Após reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo por meio do resultado. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

2.2.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

a. CPC 51- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

b. Reforma tributária

Em dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a reforma tributária sobre o consumo no Brasil. O novo modelo está baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto por: (i) a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, que substituirá o PIS e a COFINS; e (ii) o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, que substituirá o ICMS e o ISS. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parcialmente a referida reforma.

Em janeiro de 2026, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe, principalmente, sobre a criação e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. Esse comitê, composto por representantes dos Estados e dos Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição das receitas e a uniformização da legislação do IBS. A referida lei também estabelece o processo administrativo tributário aplicável a esse sistema de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual. Consequentemente, não há qualquer efeito de reforma tributária nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2026. O Grupo, vem acompanhando as publicações legais e regulamentares relacionadas à reforma tributária, bem como avaliando seus potenciais impactos.

3 Principais julgamentos e estimativas contábeis

a. Valor justo dos ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com alto grau de julgamento, tais como preço estimado de venda dos produtos acabados, produtividade e qualidade da cana-de-açúcar, taxa de desconto, etc., divulgados na Nota 11. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, conseqüentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. O Grupo entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos anuais do Grupo na Nota 8.3.

c. Provisões para riscos

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 19. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A diretoria acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras intermediárias.

d. Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. Nota 27.

e. Revisão da vida útil e valor recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. Nota 12.

f. Tratamentos fiscais incertos e contingências relacionadas

O ICPC 22 explica como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza, ou seja, posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A ICPC 22 reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre (i) julgamentos realizados; (ii) premissas ou outras estimativas utilizadas; e (iii) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras intermediárias.

O Grupo possui certas posições fiscais adotadas na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido (IRPJ/CSLL), cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, é de que elas serão provavelmente aceitas pela Autoridade fiscal. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Caixa e bancos	-	-	11.796	5.005
Aplicações financeiras	64.591	65.173	229.367	387.478
Total de caixa e equivalentes de caixa	64.591	65.173	241.163	392.483

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo (inferior a 90 dias) e não para investimento ou outros fins, sendo que o Grupo considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e que está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

O Grupo tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e, são substancialmente, remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade média de 95,32% do CDI a.a. (em 31 de março de 2026 rentabilidade média de 89,91% a.a.).

4.2 Aplicações financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Aplicações financeiras	2.720	-	101.128	32.804
Circulante	2.720	-	94.185	25.906
Não circulante	-	-	6.943	6.898

As aplicações financeiras estão atreladas a garantia de operações financeiras, a mercado, que possuem fundo de reserva para custas recorrentes e garantias mínimas. Essas operações possuem rentabilidade média de 92,76% a.a. do CDI (em 31 de março de 2026 rentabilidade média de 83,62% a.a. do CDI).

5 Contas a receber de clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais e internacionais decorrentes de venda de açúcar, álcool e energia elétrica.

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Clientes nacionais	35.560	32.144
Total	35.560	32.144

As contas a receber tem a seguinte composição por data de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Valores a vencer	34.329	31.011
Valores vencidos	1.231	1.133
Entre 1 e 30 dias	1.033	296
Entre 31 e 60 dias	-	59
Entre 61 e 90 dias	185	-
Entre 91 e 180 dias	-	778
A mais de 180 dias	13	-
Total	35.560	32.144

O saldo de clientes em atraso há longa data foi apurado, substancialmente, em operações de revenda de material de uso e consumo para qual o Grupo ainda mantém relação comercial de negociação sobre o tema.

A diretoria realiza análise individual de riscos de créditos dos recebíveis e, em 30 de junho de 2026, não existiam valores passíveis de perda bem como não há histórico de perdas. Sendo assim, não houve a necessidade de constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Adicionalmente, tendo em vista o curto espaço de tempo para realização financeira da carteira de contas a receber, não foi necessária aplicação do ajuste a valor presente.

6 Estoques

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Produto acabado – etanol	14.763	8.997
Produto acabado – açúcar	74.253	13.781
Total do estoque produto acabado	89.016	22.778
Estoque Entressafra (a)	77.663	102.594
Estoque de materiais (b)	42.217	17.527
Total geral	208.896	142.899

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

- (a) Os gastos de manutenção de entressafra são gastos incorridos na manutenção de equipamentos agrícolas e industriais que são acumulados no decorrer da entressafra para a apropriação ao custo de produção da safra seguinte.
- (b) Os estoques de almoxarifado são avaliados pelo custo médio de aquisição, quando necessário, por provisão para redução de valores de realização.

7 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo possui política de risco atrelada ao volume produzido (instrumento de proteção contra a volatilidade de preço). Para tanto, o Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos os quais possuem os seguintes valores justos nas referidas datas-bases:

	Consolidado			
	30/06/2026		31/03/2026	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Circulante				
Contratos futuros - hedge açúcar	33.076	7.331	37.199	2.957
Contratos futuros - hedge etanol	1.476	-	617	437
Termos de moeda (NDFs)	19.257	725	20.920	15.408
Swap de empréstimos	-	14.959	-	-
	<u>53.809</u>	<u>23.015</u>	<u>58.736</u>	<u>18.802</u>
Não Circulante				
Contratos futuros - hedge açúcar	9.832	9.249	11.397	10.089
Termos de moeda (NDFs)	1.006	201	2.791	138
Contratos futuros - hedge etanol	-	-	-	-
	<u>10.838</u>	<u>9.450</u>	<u>14.188</u>	<u>10.227</u>
	<u>64.647</u>	<u>32.465</u>	<u>72.924</u>	<u>29.029</u>
			30/06/2026	30/06/2025
Efeitos no resultado:				
Resultado com derivativos			<u>12.440</u>	<u>60.282</u>
Operações liquidadas			24.093	2.628
Operações não liquidadas			(11.653)	57.653

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos de preço (mercado futuro), de taxas de captação de empréstimos (*Swap*) e câmbio (*non-delivery forward* - NDF), relacionado às fixações de açúcar VHP, que são utilizados exclusivamente para a proteção do resultado econômico e não como investimentos especulativos.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

Houve liquidações de derivativos relacionados às fixações de açúcar e relacionados a termos de moeda (NDF), com impactos no resultado financeiro que, em 30 de junho de 2026, totalizaram R\$ 24.093 (30 de junho de 2025 – (R\$ 2.628).

Contratos futuros de mercadoria

Os valores de referência (nocional) dos contratos futuros de mercadoria relacionados às fixações de preço do açúcar em aberto em 30 de junho de 2026, totalizam R\$ 76.489 de compra e R\$ 370.074 de venda e as fixações de preço do etanol totalizaram R\$ 11.271 de venda.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Contratos de câmbio a termo

Os valores de referência (nacional) dos contratos de câmbio a termo (NDFs) e *Swap*, em aberto em 30 de junho de 2026, totalizam R\$ 101.515 e R\$ 197.673, respectivamente. Tais contratos possuem como objetivo proteger os fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira.

8 Tributos

8.1 Tributos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
ICMS a recuperar (a)	-	-	13.222	15.589
ICMS a recuperar imobilizado	-	-	3.973	3.973
IRRF a compensar (b)	15.960	15.960	20.147	20.147
PIS/ Cofins a recuperar (c)	-	-	20.274	28.082
INSS s/ Comercialização (d)	-	-	11.636	11.636
Outros impostos	-	-	5.233	5.333
Total Circulante	15.960	15.960	74.485	84.760
Circulante	-	-	56.310	66.585
Não Circulante	15.960	15.960	18.175	18.175

- (a) Este saldo refere-se principalmente ao benefícios de crédito presumido. No período, foram utilizados R\$7.062 para compensação de débitos decorrentes da venda de açúcar e etanol, além de R\$ 166 relativos a débito de DIFAL. (Em mar/26 o saldo acumulado era de R\$ 15.589);
- (b) O referido saldo resulta substancialmente ao imposto retido nas operações de recebimento de juros sobre o capital próprio realizadas pela controlada Bioenergética Vale do Paracatu S.A.;
- (c) Durante o 1º trimestre da safra foi gerado R\$ 11.483 de créditos decorrente da operação, adjunto a isso foi utilizado o montante de R\$ 10.601 para compensação de débitos gerados decorrentes da venda de Etanol e Energia Elétrica, além disso foi consumido R\$ 10.000 para compensação de IRPJ e CSLL do período;
- (d) O crédito foi gerado em decorrência de operações de exportação indireta que haviam sido tributadas pela alíquota de 2,85%, quando deveriam ter sido submetidas à alíquota reduzida de 0,25%. Assim, o valor foi constituído por meio de pedido de restituição.

8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os montantes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados, bem como das diferenças temporárias entre as bases de cálculos dos tributos sobre ativos e passivos e os valores das demonstrações financeiras intermediárias. As alíquotas são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa (i)	375.504	370.248
Diferenças temporárias sobre provisões	7.445	4.842
Derivativos	5.953	9.870
CPC 06 (depreciação, estorno pagamento, AVP)	8.219	8.270
Total tributos diferidos ativos	397.122	393.230
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias passivas		
Ativo Biológico	(5.886)	(19.074)
Derivativos	(21.433)	(29.320)
Diferença de taxa de depreciação	(56.569)	(57.898)
Depreciação incentivada	(33.469)	(34.446)
Outras diferenças temporárias	-	(4.230)
Total tributos diferidos passivos	(117.357)	(144.969)
Total líquido (tributos diferidos ativos - diferidos passivos)	279.765	248.261

- (i) A Bevap mantém registrado créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sobre prejuízos fiscais e base de cálculo negativa os quais estão fundamentados em projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração, que estima a realização desses créditos em até 10 anos. As projeções de resultados futuros foram preparadas pela diretoria da Companhia atendendo aos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro para a data-base dessas demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2026, o Grupo possui um montante de R\$ 12.840 de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, não reconhecidos contabilmente, sendo a sua totalidade da Capuan (sem operação), controlada integral da Bevap (Em 31 de março de 2026 este montante era de R\$ 12.199).

8.3 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos no resultado

A apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são apurados da seguinte forma em cada uma das empresas do Grupo:

Bevap Participações S.A., Bioenergética Vale do Paracatu S.A. e Capuan Agrícola S.A.:

São calculados e registrados com base no lucro real trimestral, de acordo com o regime de competência e aplicação das alíquotas vigentes.

Central Bioenergética Enervale S.A.: São calculados e registrados com base no lucro presumido, de acordo com o regime de competência e aplicação das alíquotas vigentes.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, a reconciliação da alíquota efetiva desses tributos sobre o lucro do período é como segue:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

a. Controladora

	Controladora	
	30/06/2026	30/06/2025
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(17.327)	74.026
Alíquota máxima	34%	34%
	5.891	(25.169)
Ajuste para apuração da alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	(7.343)	25.970
Outros	1.452	(801)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

b. Consolidado

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.885)	90.367
Alíquota máxima	34%	34%
	15.601	(30.725)
Ajuste para apuração da alíquota efetiva:		
Juros Sobre Capital Próprio	-	16.000
Ajustes de Inventário	(557)	(237)
CBIO - Crédito de Descarbonização	284	831
Outros	13.356	(1.686)
Imposto calculado com base em alíquotas de crédito presumido	-	(176)
Imposto de renda e contribuição social	28.684	(15.993)
Receitas Cbios	841	2.318
IRPJ - Exclusivo (a)	(126)	(348)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(2.946)	(348)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	31.504	(15.993)
Imposto de renda e contribuição social	28.558	(16.341)
Alíquota efetiva	62%	18%
(a) O valor de IRPJ exclusivo refere-se a receita de Cbios, que por sua natureza tem tributação exclusiva de 15% sobre as receitas auferidas, sendo assim tais receitas não compõem a base de apuração de IRPJ sobre o lucro real apurado no LALUR.		

Bevap Participações S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026

9 Adiantamentos a fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Adiantamento a fornecedores de cana (a)	7.785	11.254
Adiantamento a fornecedores de cana - cessão (b)	25.283	24.846
Adiantamento a fornecedores diversos (c)	6.320	4.185
Total	39.388	40.285
Circulante	39.388	40.285
(a)	Adiantamentos realizados a fornecedores de cana-de-açúcar que são corrigidos mensalmente conforme as condições e índices pactuados nos contratos de forma específica, os quais serão realizados até o final da safra corrente.	
(b)	Refere-se a antecipação de adiantamentos via instrumento de cessão com opção de regresso.	
(c)	Foi registrada no período findo em março de 2024 na rubrica de despesas administrativas, provisão para perda de adiantamentos a fornecedores diversos no montante de R\$ 4.709. O aumento observado no período decorre, substancialmente, da realização de adiantamentos para aquisição antecipada de insumos agrícolas, cujo recebimento e utilização estão previstos para a safra atual.	

10 Investimentos

		Controladora	
		30/06/2026	31/03/2026
Bioenergética Vale do Paracatu S.A.	100,00%	755.108	776.390
Central Bioenergética Enervale S.A.	100,00%	(2.061)	(1.745)
Total		753.047	774.645

A movimentação dos saldos de investimentos nos períodos em análise é como segue:

Em 30 de junho de 2026			
	Bevap	Enervale	Total
Informações das controladas			
% de participação	100%	100%	
Resultado do período	(21.282)	(316)	(21.598)
Valor do patrimônio líquido	755.108	(2.061)	753.047
Movimentação:			
Saldo inicial em 31 de março 2026	776.390	(1.745)	774.645
Equivalência patrimonial de 3 meses findo em 30 de junho	(21.282)	(316)	(21.598)
Saldo em 30 de junho de 2026	755.108	(2.061)	753.047

Bevap Participações S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026

	Em 30 de junho de 2025		
	Bevap	Enervale	Total
Informações das controladas			
% de participação	100%	100%	
Resultado do período	76.868	(515)	76.353
Valor do patrimônio líquido	773.214	37.552	810.766
Movimentação:			
Saldo em 31 de março de 2025	743.374	38.066	781.440
Juros sobre capital próprio - controladas	(47.059)	-	(47.059)
Equivalência patrimonial de 3 meses findo em 30 de junho	76.898	(515)	76.383
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>773.214</u>	<u>37.552</u>	<u>810.766</u>

As demonstrações financeiras das controladas da Companhia podem ser identificadas pelos seguintes principais números:

Balanco Patrimonial	30/06/2026		31/03/2026	
	Bevap	Enervale	Bevap	Enervale
Descrição				
Ativo circulante	804.863	262	889.755	206
Ativo não circulante	1.471.531	7.848	1.473.983	7.872
Total Ativo	<u>2.276.394</u>	<u>8.110</u>	<u>2.363.738</u>	<u>8.078</u>
Passivo circulante	597.255	475	525.112	2.750
Passivo não circulante	924.031	9.697	1.062.236	7.073
Patrimônio Líquido	755.108	(2.061)	776.390	(1.745)
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.276.394</u>	<u>8.110</u>	<u>2.363.738</u>	<u>8.078</u>
DRE	30/06/2026		30/06/2025	
	Bevap	Enervale	Bevap	Enervale
	(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)
Receita líquida	207.808	-	251.993	-
Variação do valor justo ativo biológico	(16.271)	-	29.082	-
Custo	(172.880)	(138)	(191.314)	(57)
Receitas / (despesas)	(33.318)	(150)	(13.895)	(181)
Resultado financeiro	(35.179)	(28)	17.373	(277)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(49.840)</u>	<u>(316)</u>	<u>93.239</u>	<u>(515)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.946)	-	(378)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	31.504	-	(15.993)	-
(Prejuízo) Lucro líquido do período	<u>(21.282)</u>	<u>(316)</u>	<u>76.868</u>	<u>(515)</u>

11 Ativos biológicos

Em 30 de junho de 2026 e 2025, os ativos biológicos são representados por lavouras de cana-de-açúcar de propriedade do Grupo, localizados no Estado de Minas Gerais, os quais são inicialmente reconhecidos pelo custo incorrido e, posteriormente, mensurados ao valor justo. A movimentação das lavouras de cana nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias é como segue:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Descrição	31/03/2026	Adições	Colheita	30/06/2026
Tratos culturais	131.388	31.892	(45.699)	117.581
Ajuste de valor justo	56.100	(16.271)	(22.519)	17.310
	<u>187.488</u>	<u>15.621</u>	<u>(68.218)</u>	<u>134.891</u>

Descrição	31/03/2025	Adições	Colheita	30/06/2025
Tratos culturais	117.071	30.714	(45.528)	102.257
Ajuste de valor justo	74.825	29.082	(29.509)	74.398
	<u>191.896</u>	<u>59.796</u>	<u>(75.037)</u>	<u>176.655</u>

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras arrendadas e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (soqueira) continua no solo. Após cada corte ou ano/ safra, a soqueira tratada cresce novamente por, em média, um total de até treze safras.

A mensuração a valor justo dos ativos biológicos está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparadas por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo em 30 de junho de 2026 das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- (a) Entradas de caixa obtidas pela valorização da produção estimada de cana-de-açúcar, medida em quilos de Açúcar Total Recuperável (ATR), multiplicado com o preço de mercado da cana-de-açúcar (publicado pelos órgãos reguladores, Consecana), e somado ao valor do esforço inicial na implementação da lavoura (áreas de expansão agrícola);
- (b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de: (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a Colheita/ Corte, Transbordo e Transporte (CTT); (iii) custos de arrendamento e parceria agrícola e (iv) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

Premissas na determinação do valor justo do ativo biológico	30/06/2026	31/03/2026
Área estimada de colheita (hectares)	20.983	21.533
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	98,25	95,85
Quantidade açúcar total recuperável - ATR (kg)	140,26	142,91
Valor do Kg de ATR (R\$)	0,9705	1,0816
Taxa de desconto nominal (%)	8,72%	8,68%

O Grupo revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Sensibilidade do valor justo

O ativo biológico cana-de-açúcar requer em média intervalo de 12 meses após sua primeira colheita para regeneração, podendo ultrapassar 5 colheitas após plantio. Este ciclo sazonal é influenciado pelas condições climáticas, da eficiência no cultivo e tratos e nos cuidados no processo de colheita. O Grupo gerencia estes fatores, respeitando o período de entressafra, investindo na manutenção e renovação de seus canaviais. As receitas dos produtos derivados da

industrialização da cana-de-açúcar são reconhecidas quando ocorrem, na administração de seus estoques produzidos durante a safra, não sofrendo impactos com a sazonalidade do ciclo da cana-de-açúcar.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia avaliou o impacto do cálculo do valor justo do ativo biológico em 30 de junho de 2026, considerando o aumento/redução nas seguintes premissas: (i) preço da tonelada de cana de açúcar; e (ii) produtividade da lavoura. As demais premissas foram mantidas constantes. Dessa forma, um aumento ou redução de 5% no preço da tonelada de cana-de-açúcar aumentaria ou reduziria o valor justo do ativo biológico em, aproximadamente, R\$ 12.804. Referente a produtividade, a mesma variação de 5% (para mais ou para menos) resultaria no aumento ou redução do valor justo em, aproximadamente, R\$ 8.131.

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentações ambientais que visam proteger o solo, a água e a biodiversidade. Entretanto, a expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar pode resultar em desmatamento e perda de biodiversidade. Para mitigar esses riscos, o grupo estabeleceu políticas e programas de reabilitação de áreas degradadas e manutenção das áreas revegetadas, além de procedimentos ambientais voltados ao cumprimento dessas leis.

Risco de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de vendas de produtos derivados da cana-de-açúcar, como açúcar e etanol, tanto no mercado interno quanto externo. Para mitigar esses riscos, a empresa ajusta seu mix de produção conforme a oferta e demanda do mercado. A administração realiza análises regulares das tendências da indústria para projetar os volumes de produção.

Riscos climáticos

Tendo em vista a natureza das operações da Bevap, existe exposição inerente a riscos relacionados com as mudanças climáticas.

Os ativos do Grupo, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo, podem ser impactados por mudanças climáticas.

O cultivo da cana-de-açúcar está exposto a fatores climáticos como a deficiência hídrica por falta de chuvas, vendavais, granizo e mudanças bruscas de temperatura com possibilidade de geadas leves em algumas regiões de produção, são fatores de atenção pelo potencial de impacto na produção. Os riscos relacionados à deficiência hídrica na Bevap são contidos pelo sistema de irrigação implementado em toda a sua lavoura.

Na avaliação da diretoria, os impactos de riscos climáticos nos resultados do Grupo são mitigados pela localização estratégica da sua unidade industrial e canaviais, no noroeste do Estado de Minas Gerais, em regiões independentes com características climáticas próprias, com baixa exposição a geadas, com grande potencial hídrico e com investimentos expressivos em irrigação, uma vez que 100% dos canaviais são irrigados.

Bevap Participações S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026

12 Imobilizado

	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações industriais	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Lavoura de cana-de-açúcar	Obras em andamento	Ativo Imob. (Direito de Uso)	Outras imobilizações	Total
Em 31 de março de 2025	262	113.259	246.380	6.458	40.777	285.925	62.139	211.054	27.826	994.080
Aquisição	-	-	120	-	92	14.930	12.561	-	517	28.220
Baixas	-	-	-	-	(32)	-	(139)	-	(3)	(174)
Transferências entre grupos	-	-	2.852	-	-	-	(5.122)	-	2.270	-
Depreciação	-	(2.232)	(5.340)	(516)	(3.342)	(15.197)	-	(9.496)	(1.004)	(37.127)
Reversuração	-	-	-	-	-	-	-	14.140	-	14.140
Em 30 de junho de 2025	262	111.027	244.012	5.942	37.495	285.658	69.439	215.698	29.606	999.139
Custo total	262	223.265	509.846	20.456	197.214	705.070	69.439	399.105	68.672	2.193.329
Depreciação acumulada	-	(112.238)	(265.834)	(14.514)	(159.719)	(419.412)	-	(183.407)	(39.066)	(1.194.190)
Valor residual	262	111.027	244.012	5.942	37.495	285.658	69.439	215.698	29.606	999.139
Em 31 de março de 2026	262	115.154	247.319	4.543	42.078	271.926	44.338	228.420	35.696	989.736
Aquisição	-	-	-	-	188	6.398	5.480	-	664	12.730
Depreciação	-	(2.358)	(5.625)	(400)	(2.824)	(12.208)	-	(7.381)	(1.318)	(32.114)
Reversuração	-	-	-	-	-	-	-	(31.558)	-	(31.558)
Em 30 de junho de 2026	262	112.796	241.694	4.143	39.442	266.116	49.818	189.481	35.042	938.794
Custo total	262	234.345	560.735	18.861	206.952	641.453	49.818	406.015	78.856	2.197.297
Depreciação acumulada	-	(121.549)	(319.041)	(14.718)	(167.510)	(375.337)	-	(216.534)	(43.814)	(1.258.503)
Valor residual	262	112.796	241.694	4.143	39.442	266.116	49.818	189.481	35.042	938.794
Taxas médias a a. de depreciação	-	4%	4%	5%	10%	8%	-	-	12%	

- (a) O imobilizado em andamento refere-se em sua maioria em investimentos em infraestrutura, na indústria (R\$32.093), agrícola (R\$14.398) e administrativo (R\$3.327). A conclusão das obras está prevista para o 1º trimestre de 2027.
- (b) As adições de lavouras de cana-de-açúcar no período referem-se a renovação de áreas existentes em 480 há. Essas áreas têm previsão de colheita na safra 26/27.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

A posição de empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo é apresentada como segue:

Descrição	Consolidado			
	30/06/2026		31/03/2026	
	USD	R\$	USD	R\$
CCB	-	220.387	-	198.202
CCE	-	74.666	-	73.487
Finame	-	5.337	-	9.147
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio (i)	-	327.469	-	347.917
NCE	-	13.900	-	13.361
Debêntures BBM (ii)	-	283.204	-	287.771
Leasing	-	152	-	171
Total moeda nacional	-	925.115	-	930.056
ACC	16.601	85.935	13.215	68.973
Pré-Pagamento Exportação	9.414	48.733	9.209	48.067
Total moeda estrangeira	26.015	134.668	22.424	117.040
Total	26.015	1.059.783	22.424	1.047.096
Circulante	10.201	341.785	13.215	240.385
Não circulante	15.814	717.998	9.209	806.711
	26.015	1.059.783	22.424	1.047.096

Movimentação

Saldo em 31 de março de 2025	718.025
Captações	25.161
Provisão de juros	30.021
Variação cambial	(2.093)
Pagamento principal	(18.204)
Pagamento juros	(29.658)
Saldo em 30 de junho de 2025	723.252
Saldo em 31 de março de 2026	1.047.096
Captações	80.000
Provisão de juros	38.846
Variação cambial	(4.214)
Pagamento principal	(63.560)
Pagamento juros	(38.385)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.059.783

(i) **Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA**

Durante o mês de setembro de 2023, a controladora Bevap e a Opea Securitizadora S.A., anunciaram a emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Série Única da 76ª Emissão no montante de R\$ 100.000.

Os juros da operação têm pagamento mensal, iniciado em setembro de 2023, enquanto o principal está sendo liquidado trimestralmente durante o período de 57 meses e carência de 17 meses.

Durante o mês de março de 2024, a controladora Bevap e a Opea Securitizadora S.A., anunciaram a emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Série Única da 134ª Emissão no montante de R\$ 60.000.

Os juros da operação têm pagamento mensal, iniciado em abril de 2024, enquanto o principal está sendo liquidado trimestralmente durante o período de 60 meses e carência de 14 meses.

Em 31 de março de 2025, a controlada Bevap realizou duas operações de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), ambas lastreadas em Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F) emitidas pela companhia.

Em parceria com a EXES S.A., anunciaram a emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Série Única da 4ª Emissão no montante de R\$ 100.000, sendo liberados até o encerramento do exercício de 31 de março de 2025 o montante de R\$ 75.000 e o remanescente em abril de 2025.

Os juros da operação têm pagamento mensal, iniciado em abril de 2025, enquanto o principal será liquidado trimestralmente ao período de 62 meses com início em outubro de 2026, após uma carência de 18 meses.

Em parceria com a Opea Securitizadora S.A., no dia 18 de março de 2025, anunciaram a emissão do Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) da Série Única da 176ª Emissão no montante de R\$ 150.000. Os juros da operação têm pagamento mensal, iniciando em abril de 2025, enquanto o principal será liquidado mensalmente no período de safra durante o período de 68 meses.

(ii) Debêntures

Em 21 de dezembro de 2023, foi assinado *Termsheet* (“TS”) referente a distribuição pública de Debêntures de Infraestrutura por meio da Resolução 160 destinadas ao público Profissional. O TS prevê um valor de emissão de R\$ 100.000, sendo possível lote adicional de R\$ 20.000, com prazo de 6 anos e carência do principal de 3 anos e juros remuneratórios sendo o maior entre IPCA + 10,00% a.a. e NTN-B 2030 + 4,15% a.a. A Companhia concluiu integralmente esta distribuição antes do encerramento do exercício social findo em 31 de março de 2024.

Em agosto de 2025, foi assinado *Termsheet* (“TS”) referente a distribuição pública de Debêntures de Infraestrutura por meio da Resolução 160 destinadas ao público Profissional. O TS prevê um valor de emissão de R\$ 100.000, sendo possível lote adicional de R\$ 39.000, com prazo de 7 anos e carência do principal de 41 meses e juros remuneratórios sendo o maior entre IPCA + 10,15% a.a. e NTN-B 2029 + 2,0% a.a. A Companhia concluiu integralmente esta distribuição na data de 30 de setembro de 2025.

Cronograma de amortização

As parcelas vincendas no não circulante, deduzidas as amortizações das despesas com colocação de títulos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
13 a 24 meses	277.320	304.964
25 a 36 meses	191.701	189.891
37 a 48 meses	140.874	152.182
49 a 60 meses	54.728	90.166
61 a 72 meses	35.584	34.750
73 a 84 meses	17.792	34.759
Total	717.998	806.711

Garantias CRA KINEA

a. Garantias

- Fiança, incluindo principal, juros, encargos compensatórios e moratórios, comissões, correção cambial, multas e penalidades, despesas contratuais, inclusive cartorárias, tributos de qualquer natureza e ainda contribuições para fiscais que incidam sobre as obrigações principais e acessórias previstas no contrato;
- Hipoteca conjunta do imóvel localizado no Município de João Pinheiro - MG;
- Alienação fiduciária conjunta de máquinas e equipamentos a serem adquiridas; e
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de açúcar.

b. Cláusulas contratuais “covenants”

O Grupo mantém operações de crédito com instituições financeiras, cada uma com características específicas quanto à modalidade, valor contratado, saldo devedor e condições contratuais (covenants).

A seguir, apresentamos os índices financeiros que devem ser cumpridos pelo Grupo ou por suas controladas em cada período.

Medição trimestral

- Dívida Líquida/EBITDA $\leq 2,5$
- Liquidez Corrente ≥ 1

Medição anual

- Dívida Líquida/EBITDA ≤ 2 e $\leq 2,5$
- Dívida Líquida/Patrimônio Líquido $\leq 1,5$
- Dívida Líquida/EBITDA $\leq 2,2$
- Liquidez Corrente $\geq 1,2$
- Liquidez Corrente ≥ 1
- Patrimônio Líquido $\geq 27,5\%$
- Moagem Total ≥ 2.400

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Esses contratos de financiamento também exigem a emissão das demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas em até 120 dias após o encerramento do exercício social da Bevap.

A administração do Grupo realiza o acompanhamento permanente dos índices financeiros definidos em contrato, os quais são mensurados ao final de cada trimestre, para fins de acompanhamento Administrativo, com base nas informações financeiras e medidos no final de cada exercício social com base nas demonstrações financeiras da Bevap.

14 Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Fornecedores de materiais, serviços e outros	41.071	60.884
Fornecedores de cana - Cessão (a)	25.283	24.846
Fornecedores de cana (b)	15.941	10.309
Total	82.295	96.039

- (a) Refere-se a saldo a pagar em função da antecipação de adiantamentos (nota 9) via instrumento de cessão com opção de regresso.
- (b) A atualização do saldo a pagar aos fornecedores de cana-de-açúcar é registrada com base na variação do índice com metodologia do Consecana em cada data base de apresentação das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2026 foi reconhecido com base no índice da metodologia Consecana de junho de 2026 o valor de R\$ 4.557 (Em 31 de março de 2026 todo o saldo a pagar já estava reconhecido) referente à provisão de complemento dos montantes a serem pagos aos fornecedores de cana.

15 Salários e encargos sociais

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Provisão de férias e 13º salário	11.481	8.286
Programa de participação nos resultados	8.404	6.341
Salários a pagar	5.127	4.044
INSS a recolher empresa	3.272	3.905
IRRF a recolher	882	593
FGTS a recolher	780	780
Outros Salários	79	891
Total	30.025	24.840

O Grupo tem como política a administração do programa de participação nos resultados a seus empregados, vinculada a um plano de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas. O montante dessa participação em 31 de março de 2026 foi de R\$ 6.341 e serão pagos em julho de 2026 em seu valor integral.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

16 Obrigações tributárias

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
ICMS a recolher	-	-	10.026	10.579
Impostos Federais - parcelamento (a)	3.711	3.988	7.545	8.187
PIS/COFINS a recolher	35	36	35	214
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	1.509	8.436
Outros	-	-	696	720
Circulante	3.746	4.024	19.811	28.136
Circulante	1.620	1.579	15.761	23.375
Não circulante	2.126	2.445	4.050	4.761

- (a) O saldo de R\$ 7.545 refere-se a:
- i. R\$ 3.989 referente a parcelamento de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF, débitos estes incorridos na Bevap Participações gerados através de receitas financeiras com contratos de mútuo entre empresas do grupo; inicialmente o saldo parcelado foi de R\$ 3.603.
 - ii. R\$ 2.812 referente a parcelamento de IRPJ e CSLL apurados no 3º Trimestre de 2023, débitos incorridos na Bevap Bioenergética; inicialmente o saldo parcelado foi de R\$ 3.879. Além de R\$ 691 referente a parcelamento de tributos previdenciários; inicialmente o saldo parcelado foi de R\$ 996.
- Os dois parcelamentos trata-se da adesão a autorregularização da Receita Federal do Brasil conforme publicação da lei Nº 14.740, de 29 de novembro de 2023, os valores em aberto serão pagos em 48 parcelas iguais corrigidas pela taxa SELIC.
- iii. R\$ 1.386 referente a parcelamento de débitos previdenciários na Enervale, inicialmente o valor parcelado foi de R\$ 2.654.

17 Adiantamento de clientes

A controlada Bevap recebe adiantamentos de clientes referente a comercialização de seus produtos, notadamente o açúcar, mas também para energia elétrica e etanol.

Os adiantamentos de clientes caracterizam-se pela não fixação de preços ou quantidades contratadas, sendo que o valor do adiantamento, devidamente atualizado, é abatido do saldo a receber apurados em operações de venda realizadas pela Companhia. Esses adiantamentos são tratados pela administração como fluxo de caixa das atividades operacionais do Grupo, haja vista a sua liquidação com a entrega física de produtos.

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Raízen (açúcar VHP) (a)	19.439	44.365
BTG Pactual (açúcar VHP) (b)	48.162	46.088
Diversos (Cristal - VHP) (c)	6.571	2.630
Distribuidoras de etanol	2.103	2.918
Energia elétrica	1.333	1.267
Outros	770	833
Total	78.378	98.101
Circulante	64.211	76.851
Não circulante	14.167	21.250

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Variação em detrimento de adiantamentos contratuais:

- (a) Contrato para o fornecimento de açúcar firmado junto a Raízen, no valor de R\$ 85.000 (entrega de produtos 25% por safra 2024/25, 2025/26, 2026/27 e 2027/28), sobre o qual há a incidência de encargos financeiros calculados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI+ juros de 6,20% ao ano;
- (b) Contratos para o fornecimento de açúcar firmado junto a BTG Commodities, no valor de R\$ 50.000 (entrega de produtos 10% na safra 2023/24 e 30% por safra subsequente - 2024/25, 2025/26 e 2026/27) e R\$ 25.000 (entrega de produtos 100% na safra 2025/26), sobre o qual há a incidência de encargos financeiros calculados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI + juros de 6,20% ao ano e CDI + juros 5,80 ao ano respectivamente;
- (c) Contrato para o fornecimento de açúcar cristal/ VHP, onde o volume será entregue no decorrer da safra. Sobre esses adiantamentos há a incidência de encargos financeiros pré-fixados de 14,86% ao ano, são mantidos no passivo circulante considerando que as operações têm prazo médio de 28 dias;

18 Compromissos com contratos de energia

A Companhia mantinha contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais foram integralmente liquidados em julho de 2025. As taxas médias efetivas de juros desses contratos variavam entre 5,41% a.a. e 5,63% a.a. (em 31 de março de 2026: entre 5,41% a.a. e 5,63% a.a.).

As movimentações dos compromissos de energia para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025 estão apresentadas a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de março de 2025	7.500
Juros Incorridos	1.469
Pagamento principal	(5.042)
Pagamento juros	(2.355)
Saldo em 30 de junho de 2025	<u>1.572</u>
Saldo em 31 de março de 2026	-
Juros Incorridos	-
Pagamento principal	-
Pagamento juros	-
Saldo em 30 de junho de 2026	<u>-</u>

19 Provisão para riscos

O Grupo constituiu provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis para fazer face às eventuais demandas judiciais julgadas como perda provável.

Na avaliação da administração, como o apoio de seus consultores legais, o desfecho desses processos não terá impactos superiores aos valores provisionados.

As principais obrigações consideradas como risco provável com base na avaliação dos assessores jurídicos são:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
Tributárias	7.151	5.051
Trabalhistas	304	381
Ambientais	1.622	1.714
Total	9.077	7.146

Movimentação das contingências

Descrição	31/03/2026	Adições	Baixas	30/06/2026
Tributárias (a)	5.051	2.100	-	7.151
Trabalhistas (b)	381	-	(77)	304
Cíveis (c)	-	652	(652)	-
Ambientais	1.714	-	(92)	1.622
Total	7.146	2.752	(821)	9.077

Descrição	31/03/2025	Adições	Baixas	30/06/2025
Tributárias (a)	7.151	-	-	7.151
Trabalhistas (b)	296	201	(198)	299
Cíveis (c)	921	-	(251)	670
Ambientais	2.386	-	-	2.386
Total	10.754	201	(449)	10.506

- (a) Contingências tributárias constituídas devido à falta de regulamentação para o recolhimento dos tributos PIS e COFINS na comercialização CBIOS, bem como pelo IOF sobre operações de mútuos entre partes relacionadas.
- (b) O Grupo responde subsidiariamente, em face de contratação de empresa terceira para realização de montagens industriais.
- (c) Medida cautelar com pedido de liminar pleiteando a execução das obrigações contratuais de cortar, carregar e transportar mudas de cana.

Contingências passivas não provisionadas

Em 30 de junho 2026, o Grupo possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível e que precisam ser confirmadas por eventos futuros incertos e que estão fora do controle do Grupo e que, portanto, não foram objeto de provisão contábil. Esses processos são no montante aproximado de R\$ 80.765 (R\$ 85.593 em 31 março de 2026), referente a causas de natureza trabalhista, cível, tributária e ambiental.

Podem existir obrigações eventuais gerais, relativas ao imposto de renda de exercícios anteriores (últimos cinco anos), uma vez que não é possível conseguir aceitação final e definitiva das declarações de imposto de renda no Brasil. Adicionalmente, as leis fiscais em geral são, sob certos aspectos, vagas e suscetíveis de sofrerem modificações imprevistas em sua interpretação. Dessa forma, com base na opinião de seus consultores legais, a administração da Companhia é de opinião que todos os tributos e demais obrigações assumidas pela Companhia têm sido pagas ou provisionadas adequadamente e a provisão para contingências foi avaliada

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

pela administração como adequada em face às perdas prováveis esperadas quando da conclusão das correspondentes contingências.

20 Partes relacionadas

20.1 Saldos registrados no ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Ativo não circulante				
VP Agrícola e Comercial S.A.	-	-	66	66
Outros	-	-	30	29
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>96</u>	<u>95</u>

20.2 Saldos registrados no passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Passivo circulante				
Dividendos a pagar (Nota 20.3)	186.229	217.001	186.229	217.001
	<u>186.229</u>	<u>217.001</u>	<u>186.229</u>	<u>217.001</u>
Passivo não circulante				
Partes relacionadas				
Bioenergética Vale do Paracatu S.A. (i)	167.414	138.859	-	-
(-) Obrigação originada em transação de capital (ii)	61.150	61.150	-	-
	<u>228.564</u>	<u>200.009</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Mapa de conciliação dos dividendos e das partes relacionadas

Descrição	Controladora e consolidado			
	31/03/2026	Proposto no período	Pagamentos	30/06/2026
Dividendos	217.001	-	(30.772)	186.229
	<u>217.001</u>	<u>-</u>	<u>(30.772)</u>	<u>186.229</u>

Descrição	Controladora				
	31/03/2026	Pagamentos	Recebimentos	AVP	30/06/2026
Bioenergética Vale do Paracatu S/A. (i)	138.856	-	31.273	(2.715)	167.414
Rio Preto (saldo a receber na Bioenergética Vale do Paracatu) (ii)	53.305	-	-	-	53.305
Rio Preto (saldo a receber na Enervale) (ii)	7.845	-	-	-	7.845
	<u>200.006</u>	<u>-</u>	<u>31.273</u>	<u>(2.715)</u>	<u>228.564</u>

(i) Refere-se a operações de mútuo celebrado entre a Bevap Participações S.A e a Bioenergética Vale do Paracatu S.A., sem incidência de juros e com vencimento final em 20 de junho de 2028. Em 30 de junho de 2026, foi reconhecida a realização do ajuste a valor presente (AVP) no montante de R\$ 4.599, referente ao saldo de AVP de R\$ (48.396) registrado até 31 de março de 2026. Adicionalmente, houve capitalização de R\$ 31.273, sobre a qual foi constituído ajuste a valor presente de R\$ (7.314). Considerando essas movimentações, o AVP apresentou variação líquida de R\$ (2.715) no período. O saldo acumulado de AVP passou de R\$ 48.396 para R\$ 51.112 em 30 de junho de 2026. Dessa forma, o saldo líquido do mútuo registrado é de R\$ 167.414.

As receitas e despesas financeiras decorrentes da reversão e atualização subsequente do AVP são reconhecidas no resultado ao longo da vigência da operação.

(ii) A Central Bioenergética Rio Preto S.A. ("Rio Preto") é acionista da Bevap Participações S.A. e recebeu recursos financeiros da Bevap e da Enervale para liquidar obrigação contraída quando da aquisição de participação que ex

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

acionistas minoritário detinham na Bevap Participações S.A.. Conforme Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado em 25 de julho de 2023 entre a Rio Preto e a Bevap Participações S.A., a Bevap Participações S.A. se declara devedora solidária das obrigações contraídas pela Rio Preto.

20.3 Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio

Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios, declarados pela Companhia, e cujos pagamentos serão realizados conforme disponibilidade de caixa e aprovação de sua administração. Ademais, também incluem os dividendos fixos assegurados para a ação preferencial Classe B. A composição do saldo a pagar é como segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026
KRASIS Participações S.A.	75.779	75.779
Cobra Construções Ltda.	32.797	32.797
RA3G Participações S.A.	23.522	23.522
Veliko 01 Participações Ltda.	19.460	19.460
Florença - Fundo de Investimento	34.671	65.443
Total	186.229	217.001
Circulante	186.229	217.001

Na Companhia, o saldo integral de dividendos a pagar em 30 de junho de 2026, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, é composto por R\$ 186.229 registrados no passivo circulante.

20.4 Operação no resultado

As receitas e despesas financeiras foram apuradas conforme operações descritas acima

	Controladora	
	30/06/2026	30/06/2025
Receitas (despesas) financeiras		
Juros pagos e auferidos	(112)	(136)
Total das receitas (despesas) financeiras	(112)	(136)

20.5 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração está apresentada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30/06/2026 (3 meses)	30/06/2025 (3 meses)
Honorários da Administração	1.217	827
Honorários dos conselheiros	392	368
Total	1.609	1.195

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de março de 2026, o capital social da Companhia é de R\$ 389.758, dividido em 38.975.751.073 ações, sendo 34.200.886.624 ordinárias nominativas, sem valor nominal e 4.774.864.448 preferenciais nominativas de classe A e uma ação preferencial de classe B.

21.2 Reservas

Reserva de capital

A reserva de capital, constituída de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado, por não se referirem à entrega de bens ou serviços. Tais reservas se refletem, essencialmente, de contribuições feitas por acionistas que estejam diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. Os valores evidenciados, são oriundos de ágios na emissão de ações.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reservas de lucros a deliberar

A reserva de lucros a deliberar, é composta pelos lucros gerados pela Companhia que não foram distribuídos aos seus acionistas.

Os lucros auferidos que ficam reservados serão usados para atender finalidades diversas ou determinados fins em específico que requeiram sua utilização, visando proteger o capital social e fortalecer a situação financeira e econômica da empresa, dando maior segurança para suas operações.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas titulares das ações ordinárias é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após deduzidos os prejuízos acumulados, a constituição da reserva legal e a reserva de incentivos fiscais, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferencias de Classe A não tem direito a voto e garante aos seus titulares direito de recebimento de dividendos por ação preferencial Classe A em montante de 20% superior ao montante de dividendos atribuídos a cada ação ordinária, na eventualidade de distribuição de dividendos para as ações ordinárias, sendo certo que os dividendos das ações preferencias de Classe A não serão considerados como dividendos prioritários (fixo ou mínimo) e não serão cumulativos, para fins da Lei de Sociedade por Ações. Além disso, as ações preferenciais de Classe A poderão ser convertidas em ações ordinárias ou eventuais outras classes de ações preferenciais, nos termos do Acordo de acionistas.

21.3 (Prejuízo) lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. A Companhia não possui ações com efeitos diluidores.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
	<u>(3 meses)</u>	<u>(3 meses)</u>
(Prejuízo) lucro atribuível aos acionistas da Companhia	(17.327)	74.026
Quantidade média ponderada de ações em circulação (milhares)	38.975.751	38.975.751
(Prejuízo) lucro líquido, básico e diluído, por lote de mil ações - em Reais	(0,4446)	1,8993

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 30 de junho de 2026, o montante reconhecido nessa conta refere-se aos efeitos da compra de ações da Companhia (Nota 20), a qual foi liquidada com recursos financeiros de suas controladas, se caracterizando como uma transação de capital realizada entre seus acionistas.

22 Receitas líquidas

Descrição	Consolidado	
	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
	<u>(3 meses)</u>	<u>(3 meses)</u>
Mercado externo		
Açúcar	28.929	66.595
Mercado interno		
Etanol	110.841	112.268
Açúcar	55.417	71.689
Energia	30.411	18.805
Cbios	841	2.318
Outras vendas de mercado interno e externo	-	125
Receita de incentivos fiscais (a)	4.872	6.934
(-) Impostos	(23.184)	(26.091)
(-) Abatimentos e vendas canceladas	(319)	(650)
Receitas líquidas	<u>207.808</u>	<u>251.993</u>

- (a) A Bevap possui incentivos fiscais recebidos na forma créditos presumido de ICMS concedidos pelo estado de Minas Gerais (Nota 2.2.17). Esses créditos são reconhecidos como receita de incentivos fiscais na demonstração do resultado e são apurados pelo percentual de 2,5% sobre as vendas de etanol, açúcar e vapor, inclusive exportação.

As receitas com venda de produtos no mercado interno referem-se à venda de etanol hidratado carburante, etanol anidro carburante, açúcar cristal e energia elétrica.

Tributos sobre vendas

As vendas do Grupo estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa Integração Social (PIS): nas vendas de álcool pauta de R\$23,38 por m3; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): nas vendas de álcool pauta de R\$107,52 por m3; nas vendas de açúcar alíquota zero; e nas demais receitas alíquotas de 7,60%;

- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): nas vendas de açúcar alíquota zero e nas vendas de álcool não há tributação;
- Imposto Presumido Enervale: venda de energia com alíquota de PIS (0,65%) e de Cofins a (3,0%);
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):
 - (i) Energia elétrica: 12% a 18% para as operações internas. Não há incidência de ICMS nas operações interestaduais e nas vendas para concessionárias de energia elétrica a tributação é diferida;
 - (ii) Etanol anidro: tributação é diferida nas operações internas e interestaduais;
 - (iii) Etanol hidratado: 9,25% nas operações internas e alíquota de 7% ou 12% nas operações interestaduais; e
 - (iv) Açúcar: 7% ou 12% nas operações internas e de 7% a 12% nas operações interestaduais.
- Tributação exclusiva de CBIOS de 15% de Imposto de Renda conforme Lei do Agro 13.986/2020 artigo 60; e
- Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) – calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado interno a alíquota de 2,85%, e calculado sobre a comercialização da produção rural (receita bruta) da agroindústria, destinada ao mercado externo, a alíquota de 0,25%.

23 Custos e despesas por natureza

O Grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função e está detalhado como segue:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Custo dos produtos vendidos	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
	(3 meses)	(3 meses)
Matéria-prima	(95.598)	(103.995)
Compra de energia	(17.645)	(16.223)
Materiais de manutenção	(14.444)	(20.797)
Serviços de terceiros	(13.225)	(13.576)
Custos com pessoal	(12.559)	(14.444)
Depreciação e amortização (exceto lavoura de cana)	(7.099)	(8.852)
Outros	(6.775)	(8.342)
Insumos	(5.189)	(4.922)
Energia elétrica consumo	(484)	(220)
Total Geral	(173.018)	(191.371)
Despesas administrativas e comerciais		
Serviços de terceiros	(10.652)	(3.866)
Despesas com pessoal	(9.009)	(12.689)
Frete sobre vendas	(4.217)	(5.888)
Indenizações	(2.392)	(685)
Seguros	(1.031)	(901)
Despesas tributárias	(995)	(1.853)
Depreciação e exaustão	(765)	(402)
Outros	(547)	4.050
Materiais de manutenção	(408)	(305)
Energia elétrica consumo	(167)	(128)
TOTAL	(30.184)	(22.667)
Custos e despesas	(203.202)	(214.038)

Classificados como

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
	(3 meses)	(3 meses)
Custos dos produtos vendidos	(173.018)	(191.371)
Despesas comerciais	(8.109)	(4.812)
Despesas administrativas e gerais	(22.075)	(17.855)
	(203.202)	(214.038)

24 Outras receitas (despesas), líquidas

As outras receitas, líquidas tem a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
	(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)	(3 meses)
Receitas e despesas tributárias	-	-	-	9.347
Outras Receitas e despesas	-	-	(2.114)	(93)
Diferença Inventário	-	-	(1.638)	(696)
Total	-	-	(3.752)	8.558

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora	
	30/06/2026	30/06/2025
	(3 meses)	(3 meses)
Receitas financeiras		
Receita Financeira (AVP)	2.715	-
Receita financeira sobre aplicações	2.138	-
Total das receitas financeiras	4.853	-
Despesas financeiras		
Despesas PIS/COFINS	-	(2.188)
Juros pagos e auferidos	(112)	(136)
Despesas bancárias	(1)	(2)
Total das despesas financeiras	(113)	(2.326)
Resultado financeiro líquido	4.740	(2.326)

	Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025
	(3 meses)	(3 meses)
Receitas financeiras		
Receitas com instrumentos financeiros (i)	12.440	60.282
Variação cambial ativa	10.977	2.453
Receita financeira sobre aplicações	9.222	4.839
Descontos obtidos	268	220
Juros ativos	9	-
Outras receitas financeiras	-	2.805
Total das receitas financeiras	32.916	70.599
Despesas financeiras		
Juros sobre operações bancárias	(42.414)	(30.021)
Variação cambial passiva	(6.763)	(2.007)
Juros pagos e auferidos	(6.450)	(7.022)
Despesa Financeira (AVP)	(4.728)	(6.678)
Comissões bancárias	(1.115)	(4.359)
Descontos concedidos	(1.002)	-
Fee Captação de empréstimos	(622)	(3.160)
Despesa IOF	(152)	(112)
Despesas bancárias	(138)	(39)
Despesas PIS/COFINS	-	(2.429)
Despesas com instrumentos financeiros	-	-
Total das despesas financeiras	(63.384)	(55.827)
Resultado financeiro líquido	(30.468)	14.772

- (i) As operações com instrumentos derivativos estão sujeitas à variação de valor decorrente da avaliação a mercado. Do saldo total de R\$ 12.440, aproximadamente R\$ 24.093 referem-se a operações de *hedge* já liquidadas, cujo ajuste favorável encontra-se integralmente reconhecido e aproximadamente os R\$ (11.653) restantes correspondem a contratos ainda em aberto, cuja marcação a mercado reflete as oscilações do dólar de contrato NY11. As recentes inversões dessas cotações resultou na valorização das posições em aberto, gerando impacto positivo compatível com a estratégia de *hedge* adotada. Tais ajustes representam apenas a atualização contábil exigida pelas práticas aplicáveis, sem alteração da posição financeira efetiva da Companhia.

26 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

26.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os principais instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo estão apresentados e classificados conforme a seguir:

Nível	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/03/2026	30/06/2026	31/03/2026
Ativos financeiros				
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Ativo ao custo Amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	11.796	5.005
Contas a receber de clientes	-	-	35.560	32.144
Outras contas a receber - Partes relacionadas	-	-	96	95
Outros créditos	492	854	10.123	10.855
Ativos financeiros mensurados ao valor justo				
Ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	67.311	65.173	330.495	420.282
Instrumentos financeiros derivativos Ativo	-	-	64.647	72.924
Total	67.803	66.027	452.717	541.305
Passivos financeiros				
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo				
Outros passivos financeiros				
Fornecedores	-	-	82.295	96.039
Dividendos a pagar e Juros sobre capital próprio	186.229	217.001	186.229	217.001
Outras contas a pagar	-	-	1.018	1.295
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.059.783	1.047.096
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	228.564	200.009	-	-
Passivos de arrendamento	-	-	213.655	252.744
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				
Ao valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	32.465	29.029
Total	414.793	417.010	1.575.445	1.643.204

26.2 Gestão financeira

O Grupo está exposto a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria do Grupo entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar do Grupo assim como para proteger passivos financeiros contra riscos de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional e variação cambial. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Risco de mercado

a. Risco de crédito e de realização

Parte substancial das vendas do Grupo é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas, como *trading companies*, grandes empresas do setor alimentício, grandes distribuidoras de combustíveis e leilão de energia elétrica da ANEEL.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre os créditos concedidos. A Diretoria considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, sendo que não há histórico de perdas com clientes.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os limites determinados pela Diretoria do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Diretoria não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante superior ao montante já provisionado.

O Grupo opera com derivativos de mercadorias e moeda estrangeira nos mercados organizados (*benchmark* internacional do açúcar ICE Futures U.S., contrato NY#11) e via operações de balcão com contrapartes selecionadas. O Grupo também opera com derivativos de taxa de câmbio visando realização de *Hedge* de preço da *commodity* cujo valor é denominado em Dólar e em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, através de corretoras conceituadas e com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento. As operações de derivativos do Grupo em balcão não requerem margem em garantia, dadas as linhas de crédito vigentes com tais instituições financeiras.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras é mitigado através da distribuição conservadora dos instrumentos utilizados, sempre lastreados pelo CDI (Nota 3). A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais considerados, na sua maioria, como Grau de Investimento pelas classificadoras internacionais de rating.

b. Risco cambial

A Diretoria do Grupo estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial para reduzir o potencial impacto causado por este descasamento de moedas no seu fluxo de caixa.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas e NDFs. A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações e dívidas no horizonte de até 24 meses ou em duas safras. Dessa forma, parte da exposição cambial do Grupo está protegida por exportações que acontecem no curso normal de suas operações.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial (Controladora e Consolidado):

Controladora	Notas	30/06/2026		31/03/2026	
		R\$	USD	R\$	USD
Ativo					
Instrumentos financeiros derivativos	7	64.647	12.488	72.924	13.972
Total		64.647	12.488	72.924	13.972
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	13	134.668	26.015	117.040	22.424
Instrumentos financeiros derivativos	7	32.465	6.271	29.029	5.562
Total		167.133	32.286	146.069	27.986
Exposição líquida		(102.486)	(19.797)	(73.145)	(14.014)

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2026 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,1766 por US\$1,00 para os ativos e passivos (31 de março de 2026 - R\$ 5,2194 por US\$1,00), representando uma desvalorização do dólar de 0,82% em relação ao ano anterior.

c. Risco de volatilidade no preço de commodities

O Grupo está exposto ao risco de mudanças nos preços de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol. Em 30 de junho de 2026, 133.913 toneladas de açúcar e em (31 de março de 2026 – 218.378 toneladas de açúcar) estavam precificadas junto a parceiros comerciais previstas para entrega no decorrer da safra, com fixação em um preço médio de 16,21 c/lb em 30 de junho de 2026 e em (31 de março de 2026 – 17,92 c/lb) (centavos de dólar norte-americano por libra peso).

d. Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxas de juros

O Grupo segue a prática de obter empréstimos, financiamentos e debêntures prioritariamente indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda estrangeira, o Grupo adota como prática proteger parcialmente as dívidas dessa natureza através do hedge natural proporcionado pelas operações comerciais de exportação de VHP.

e. Análises de sensibilidade

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures, e estão registrados pelo custo amortizado, cujos valores em 30 de junho de 2026 e 31 de março de 2026 se aproximam dos valores justos. Adicionalmente, o Grupo opera com instrumentos financeiros derivativos os quais estão registrados ao valor justo por meio do resultado. Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP, SOFR, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do dólar norte americano.

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado está próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

A análise de sensibilidade das variações em curvas de juros foi efetuada considerando os efeitos de um aumento ou uma diminuição de 15% (Cenário I) e 35% (Cenário II), na curva de precificação do instrumento financeiro. A exposição a taxas refere-se exclusivamente a variações na curva do CDI e Libor. Para os demais fatores de risco, o impacto no resultado é da variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, além do câmbio e preço de *commodities*.

Sensibilidade da taxa de juros

Instrumento/operação	Risco	Cenário em 30/06/2026		Aumento		Redução	
		Taxa	Valor	25%	50%	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	14,15	(925.115)	(957.841)	(990.567)	957.841	990.567
Aplicações Financeiras	Baixa do CDI	14,15	330.495	342.186	353.878	(342.186)	(353.878)
Exposição líquida do balanço patrimonial			(545.887)	(615.073)	(635.524)	615.073	635.524
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				69.186	89.637	(69.186)	(89.637)

Efeito de variação cambial

Instrumento/operação	Risco	Cenário em 30/06/2026		Aumento		Redução	
		Taxa	Valor	25%	50%	25%	50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do Dólar	5,1766	(134.668)	(168.335)	(202.002)	168.335	202.002
Exposição líquida do balanço patrimonial			(134.668)	(168.334)	(202.002)	168.334	202.002
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				33.667	67.334	(33.667)	(67.334)

Sensibilidade do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento/operação	Risco	Cenário em 30/06/2026		Aumento		Redução	
		Valor		15%	35%	15%	35%
Contratos de Futuros - Hedge de Açúcar (vide nota 7)	Alta do Preço do açúcar	26.328		30.277	35.543	(30.277)	(35.543)
Contratos de Futuros - Hedge de Moeda (NDF e SWAP - vide nota 7)	Alta do dólar	4.378		5.035	5.910	(5.035)	(5.910)
Contratos de Futuros - Hedge de Etanol (vide nota 7)	Alta do Preço do etanol	1.476		1.697	1.993	(1.697)	(1.993)
Exposição líquida do balanço patrimonial		32.182		37.008	43.446	(37.008)	(43.446)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(4.826)	(11.264)	4.826	11.264

f. *Análise dos instrumentos financeiros*

O Grupo efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros derivativos em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação, requerem considerável nível de julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O Grupo possui instrumentos financeiros derivativos de preço (mercado futuro) e câmbio (*non-delivery forward* – NDF), relacionado às fixações de açúcar VHP, que são utilizados exclusivamente para a proteção do resultado econômico e não como investimentos especulativos.

g. *Risco de Liquidez*

O departamento financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 30 de junho de 2026, o Grupo mantinha aplicações financeiras representadas, substancialmente, por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento, considerando os juros futuros estimados:

Descrição	Valor contábil em 30/06/2026	Fluxo contratual em 30/06/2026	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	1.059.783	1.636.779	567.097	484.966	584.716	-
Instrumentos financeiros derivativos	32.182	32.182	30.794	1.388	-	-
Fornecedores	82.295	82.295	82.295	-	-	-
Passivos de arrendamento	213.655	355.255	43.958	42.628	113.366	155.303

Descrição	Valor contábil em 31/03/2026	Fluxo contratual em 31/03/2026	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Empréstimos e financiamentos	1.047.096	1.433.884	496.800	424.849	512.234	-
Instrumentos financeiros derivativos	29.029	29.029	18.802	10.227	-	-
Fornecedores	96.039	96.039	96.039	-	-	-
Passivos de arrendamento	252.744	417.428	51.004	50.227	131.508	184.689

h. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros não difere significativamente dos apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira consolidado, que corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13) e passivos de arrendamentos (nota 27) (incluindo saldos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), e não considera os Adiantamentos de clientes (Nota 17), subtraídos pelo montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira são avaliados com base nas demonstrações financeiras consolidadas e são assim demonstrados:

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

	Nota	Consolidado	
		30/06/2026	31/03/2026
Empréstimos e financiamentos		1.059.783	1.047.096
Passivos de arrendamento		213.655	252.744
Menos: caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras		(342.291)	(425.287)
Dívida líquida	(a)	931.147	874.553
Total do patrimônio líquido	(b)	418.271	435.598
Total do capital	(c) = (a) + (b)	1.349.418	1.310.151
Índice de alavancagem financeira - %	(a) / (c)	69%	67%

i. Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e fornecedores são mensurados ao custo amortizado, que se aproxima de seu valor justo em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados nas demonstrações financeiras devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estejam sujeitos a taxas de juros variáveis.

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

27 Arrendamentos

Direito de uso e arrendamentos

O Grupo adota o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, estabelecendo um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial, sendo o direito de uso reconhecido no ativo e a obrigação de pagamento no passivo.

Arrendamento – Definição (CPC 06 R2)

O Grupo considera um arrendamento todo contrato que, mediante uma contraprestação, lhe é transmitido o direito de controle de um determinado ativo por um período pré-determinado. Desta forma os contratos de arrendamento foram contabilizados de acordo com a norma contábil.

Arrendatária

O Grupo adota uma abordagem simples de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data de sua adoção, líquidos dos

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

adiantamentos efetuados e descontados pela média de contratos futuros com prazos equivalentes aos contratos de arrendamentos; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e saldos a pagar é efetuada com base na atualização do índice Consecana.

Movimentações do período

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2026</u>		<u>Consolidado</u> <u>30/06/2025</u>
Ativos de direito de uso:		Ativos de direito de uso:	
31 de março de 2026	228.420	31 de março de 2025	211.054
Adições nos direitos de uso	-	Adições nos direitos de uso	-
Depreciação	(7.381)	Depreciação	(9.496)
Remensuração	(31.558)	Remensuração	14.140
30 de junho de 2026	<u>189.481</u>	30 de junho de 2025	<u>215.698</u>

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2026</u>		<u>Consolidado</u> <u>30/06/2025</u>
Passivo de Arrendamento:		Passivo de Arrendamento:	
31 de março de 2026	252.744	31 de março de 2025	228.818
Adição passivo de arrendamento	-	Adição passivo de arrendamento	-
Despesas financeiras	4.727	Despesas financeiras	6.678
Pagamentos	(7.531)	Pagamentos	(7.979)
Pagamentos - Juros	(4.727)	Pagamentos - Juros	(6.678)
Remensuração	(31.558)	Remensuração	14.140
30 de junho de 2026	<u>213.655</u>	30 de junho de 2025	<u>234.979</u>
Circulante	41.265	Circulante	49.962
Não circulante	172.390	Não circulante	185.017

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Maturidade dos contratos		
Menos de 1 ano	41.265	49.962
Entre 1 e 2 anos	35.604	42.543
Entre 2 e 5 anos	75.349	81.381
Acima de 5 anos	61.437	61.093
Total	<u>213.655</u>	<u>234.979</u>

Bevap Participações S.A.
*Demonstrações financeiras intermediárias
individuais e consolidadas
em 30 de junho de 2026*

28 Eventos subsequentes

Em julho de 2026, a Bioenergética Vale do Paracatu S.A. realizou captações de recursos junto a duas instituições financeiras: Banco Daycoval, no montante de R\$ 10.304 com vencimento em aproximadamente 2 anos e Banco Fibra no montante de R\$ 20.000 com vencimento em aproximadamente 1 ano.

* * *

Luiz Gustavo Scartezini Rodrigues
Diretor Presidente

Bruno Menegazzo
Diretor financeiro

Maísa Rodrigues Marques
Contador CRC nº MG-053374/O-3



DEMONSTRATIVO COVENANTS FINANCEIROS

Emitente: Bioenergética Vale do Paracatu S/A

Avalista: Bevap Participações S.A.

	jun/26
DL/EBITDA	1,81
DL/Patrimônio Líquido	1,05

	jun/26
DL/EBITDA	1,66
DL/Patrimônio Líquido	1,73

Razão enquadramento:

DL/EBITDA <= 2,5

DL/Patrimônio Líquido <= 1,5

Maísa Rodrigues Marques - "Contadora"
CRC: MG-053374/O-3

Bruno Menegazzo
Diretor Financeiro

Covenants Jun26 pdf

Código do documento 1edcafe4-2d0e-412a-bc34-048722294514



Assinaturas



MAISA RODRIGUES MARQUES:74370774691

Certificado Digital

mmarques@bevap.com.br

Assinou



BRUNO MENEGAZZO:31137746831

Certificado Digital

bmenegazzo@bevap.com.br

Assinou

Eventos do documento

08 Sep 2026, 20:06:17

Documento 1edcafe4-2d0e-412a-bc34-048722294514 **criado** por DOUGLAS YAMAMOTO (9ee76ccb-9eec-4c6c-83e3-507a5e9695d9). Email:dgyamamoto@bevap.com.br. - DATE_ATOM: 2026-09-08T20:06:17-03:00

08 Sep 2026, 20:10:16

Assinaturas **iniciadas** por DOUGLAS YAMAMOTO (9ee76ccb-9eec-4c6c-83e3-507a5e9695d9). Email: dgyamamoto@bevap.com.br. - DATE_ATOM: 2026-09-08T20:10:16-03:00

08 Sep 2026, 20:16:16

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MAISA RODRIGUES MARQUES:74370774691 **Assinou**

Email: mmarques@bevap.com.br. IP: 179.178.136.137 (179.178.136.137.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 63522).

Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC Certisign RFB G5,CN=MAISA RODRIGUES

MARQUES:74370774691. - DATE_ATOM: 2026-09-08T20:16:16-03:00

08 Sep 2026, 20:19:07

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - BRUNO MENEGAZZO:31137746831 **Assinou** Email:

bmenegazzo@bevap.com.br. IP: 179.191.114.50 (mvx-179-191-114-50.mundivox.com porta: 6580). Dados do

Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SAFEWEB RFB v5,CN=BRUNO MENEGAZZO:31137746831. - DATE_ATOM:

2026-09-08T20:19:07-03:00

Hash do documento original

(SHA256):f374485c5713c1bf9171e6a8c100fa1563716f6732e050b2af4281ec6457e33e

(SHA512):40baa20112980c3a32e49a7d731b6639d3182428687383482efec2052d8ef4d9bd6b810cc52718f06973937ee36891ee64e5a4b6b42b31648b403c68539a449f

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.
